

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.653.188 - RS (2020/0016424-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE
PROCURADORE : ALEXANDRA CRISTINA GIACOMET PEZZI - RS052989
S
ISABELLA VIEIRA DO NASCIMENTO - RS114122B
AGRAVADO : JAURO DUARTE GEHLEN & ADVOGADOS ASSOCIADOS
ADVOGADOS : GUILHERME CORRÊA CACERES - RS097527
GAIO LIMA MONTE - RS097608

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL TRIBUTÁRIO ISS PRIVILEGIADO SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL (ADVOGADOS) REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL CONFIGURADO 1 A TRIBUTAÇÃO PRIVILEGIADA DO ISS NA FORMA DO ART 9º §§ 1º E 3º DO DECRETO -LEI N 406/68 ESTÁ CONDICIONADA À EXISTÊNCIA DE SOCIEDADE UNIPROFISSIONAL TENDO POR OBJETO SOCIAL A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO (EXPLORAÇÃO DA RESPECTIVA PROFISSÃO INTELECTUAL) COM RESPONSABILIDADE PESSOAL DOS SÓCIOS E SEM CARÁTER EMPRESARIAL A FORMA SOCIETÁRIA LIMITADA NÃO É ELEMENTO PREPONDERANTE PARA DEFINIR O SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO DO ISS EXIGINDO-SE QUE O OBJETO SOCIAL DEFINA A SOCIEDADE COMO SIMPLES (E NÃO EMPRESÁRIA) E OS PROFISSIONAIS EXERÇAM DIRETA E PESSOALMENTE A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARA FINS DE DEFERIMENTO DO REGIME TRIBUTÁRIO ESPECIAL 2 NO CASO CONCRETO O CONTRATO SOCIAL DEMONSTRA QUE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO AINDA QUE POR INTERMÉDIO DA SOCIEDADE É FEITA PELOS PRÓPRIOS SÓCIOS EM CARÁTER PESSOAL E NÃO EMPRESARIAL AMBOS PROFISSIONAIS DA MESMA CATEGORIA ADVOGADOS HABILITADOS AO EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES QUE CONSTITUEM O OBJETO DA SOCIEDADE PORTANTO RESTA COMPROVADO QUE A PARTE AUTORA ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS A SABER (A) CARÁTER UNIPROFISSIONAL OU SEJA OS SÓCIOS DEVIDAMENTE HABILITADOS DESEMPENHAM ATRIBUIÇÕES DA MESMA CATEGORIA PROFISSIONAL (B) CARÁTER DE PESSOALIDADE ASSUMINDO OS SÓCIOS A RESPONSABILIDADE PELO EXERCÍCIO DIRETO DE SUAS ATIVIDADES E (C) AUSÊNCIA DE CARÁTER

EMPRESARIAL MANUTENÇÃO DA SENTENÇA APLICAÇÃO DE
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS NEGARAM
PROVIMENTO À APELAÇÃO UNÂNIME

Alega violação do art. 9º, §§ 1º e 3º, do Decreto-Lei n. 406/68, no que concerne ao direito ao gozo do regime de tributação fixa do ISS, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O objeto recursal é obter a reforma do acórdão proferido pela Colenda Segunda Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no qual aquela Corte fixou entendimento de que o fato da recorrida se constituir em sociedade por cotas de responsabilidade limitada não influenciaria tampouco afastaria o direito ao gozo do regime de tributação fixa de ISS previsto no art. 92 do DL 406/68, ao que se seguiu a declaração do direito da recorrida recolher o ISS nos termos do Decreto-Lei federal.

Ao assim estabelecer, o acórdão ora recorrido violou o §1º e o §3º do artigo 92 do Decreto-Lei 406/68, os quais tem de ser lidos em conjunto, pois o parágrafo terceiro apenas estende um benefício concedido pelo primeiro, tendo ambos a mesma finalidade. (fl. 431)

[...]

Referidos parágrafos da lei estabelecem requisitos a serem atendidos por uma sociedade para ela fazer jus ao regime de Imposto sobre Serviços por valor fixo, em caráter excepcional ao regime ordinário de tributação do ISS, em que a base de cálculo de apuração do tributo devido é a receita auferida com os serviços prestados.(fl. 432)

É o relatório. Decido.

Na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

No caso concreto, o contrato social demonstra que a prestação do serviço, ainda que por intermédio da sociedade, é feita pelos próprios sócios em caráter pessoal, e não empresarial, ambos profissionais da mesma categoria, advogados, habilitados ao exercício das atividades que constituem o objeto da sociedade.

Portanto, resta verificado que a parte autora atende aos requisitos legais, a saber, (a) caráter uniprofissional, ou seja, os sócios, devidamente habilitados, desempenham atribuições da mesma categoria profissional; (b) caráter de pessoalidade, assumindo os sócios a responsabilidade pelo exercício direto de suas atividades; e (c) ausência de caráter empresarial. (fl. 393)

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não

Superior Tribunal de Justiça

permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confiram-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente